

Sindicalista culpa Senado por demissões

O Sindicato dos Trabalhadores em Asseio e Conservação fez uma denúncia ontem contra o Senado Federal, responsabilizando-o pela demissão de 30 mulheres, funcionárias da empresa prestadora de serviços Centauro Segurança e Serviços Ltda. Segundo o presidente do Sindicato, José Machado, a mudança de horário solicitada pelo Senado é que teria gerado as demissões. Ele acusa ainda a Centauro de explorar os trabalhadores, não pagando hora extra e nem mesmo o adicional noturno a que os funcionários têm direito, "praticando uma verdadeira escravidão branca", protesta.

Já o gerente da empresa prestadora de serviços, Washington Viana, afirma que sequer chegou a contratar as 30 mulheres, acrescentando que a mudança de horário solicitada pelo Senado consta inclusive do contrato de trabalho firmado entre a Centauro e o Senado. Ele afirma ainda que a mudança de horário gerou protesto apenas entre 15 funcionários, que insistem em continuar com o horário praticado pela empresa que antigamente prestava esses serviços ao Senado.

Escravidão branca

José Machado acusa a empresa de explorar o trabalho dos funcionários, mantendo apenas 60 serventes, que segundo ele são obrigados a desempenhar funções que seriam de, no mínimo, 130 pessoas. "Isto é escravidão branca", diz. A denúncia é confirmada por uma das mulheres que diz ter sido demitida ontem, Wilde dos Santos. Ela denuncia que para fazer a limpeza do serviço médico do Senado, por exemplo, é designado apenas um funcionário, acontecendo o mesmo com a limpeza de 6 gabinetes. Para cumprir estas tarefas, protesta ela, somos obrigadas a trabalhar mais de 8 horas diárias, e não recebemos horas extras. A funcionária denuncia também que a turma que faz atualmente o horário de 19 às 23 horas não tem direito ao adicional noturno.

O gerente da Centauro desmente estas acusações, afirmando que paga os adicionais, e argumenta, ainda contrariando a informação do presidente do Sindicato, que emprega atualmente 251 pessoas, tendo inclusive seis funcionários de reserva para cobrir faltas eventuais. Ele não soube precisar quanto o Senado paga pelo contrato de trabalho, revelando apenas que paga o piso mínimo da categoria que é de Cz\$ 834,00 a cada um de seus funcionários. Ele justifica o atraso na atualização do piso, dizendo que, como a empresa tem sua sede no Ceará, não estava a par do dissídio da categoria aqui em Brasília. Viana mostrou inclusive a relação dos empregados, pois argumenta que se não mostrar a folha de empregados à Diretoria de Serviços Gerais do Senado este não efetua o pagamento devido à Centauro. Quanto à mudança no horário, que o Senado solicita que seja cumprida, já que está prevista no contrato de trabalho — de 7 às 16 e de 14 às 23 horas — o gerente da Centauro diz que está dependendo apenas de acertos com os departamentos jurídicos do Senado e da empresa, acrescentando que isto não provocará demissões.

Segundo José Machado, conforme dados levantados pela entidade, há dois anos foi apurado que o Governo Federal gastou, somente com o pessoal de asseio e conservação contratado através de empresas prestadoras de serviços, cerca de Cz\$ 30 milhões. Nesse sentido, ele lembra o projeto de lei de autoria da deputada Myrthes Bevilacqua (PMDB-ES), que defende a contratação desse pessoal pelos órgãos públicos, que passaria a fazer parte do quadro de funcionários do Governo.